

ENTREVISTA

A INQUIETAÇÃO DOCENTE REVERBERA EM LUTA CONSTANTE E ESPERANÇA

Entrevistada Profa. Doutoranda Elizia de Souza Alcântara
Entrevista concedida a Edmario Nascimento da Silva¹



Inquietante e defensora da vida, com enorme senso de justiça e respeito pelo ser humano, Elízia Alcântara desde cedo sentiu o coração bater em compasso composto pela temática da educação. Ainda em sua primeira juventude, sentiu o impulso para pensar com agudeza as conexões entre a teoria educacional e as realidades para as quais eram projetadas. Já no 2º grau, em suas aulas de didática, percebia o

¹ Mestrando do Programa de Mestrado em Crítica Cultural, UNEB/ Campus II, Alagoinhas-BA. Endereço eletrônico: edmarioadv@gmail.com.

descompasso entre o que preconizavam as leis e a forma como a escola se apresentava para os alunos. A partir de então, estimulada pela curiosidade e impulsionada pela recém descoberta relação de afeto e responsabilidade com a educação, mergulhou com vontade não só nos livros, mas também na poesia que a cercava em forma de contatos humanos singulares tanto em sala de aula como na luta por uma educação para a vida e a cidadania. Inquieta, motivada, com um forte desejo de transformação, atuou também na militância por melhores condições para os colegas professores, doando-se durante quase uma década como representante sindical de reconhecida liderança. Intelectual orgânica e acadêmica, mestrou-se em Crítica Cultural pela Universidade do Estado da Bahia, campus Alagoinhas, pesquisando com muita sensibilidade os quadrinhos da Turma do Xaxado. Agora doutoranda no Programa Multidisciplinar da UFBA, dá mais um passo em direção as contribuições para o aperfeiçoamento da educação. Para conhecer um pouco mais a luta pelos direitos à educação desse ser humano surpreendente em suas próprias palavras, oferecemos a entrevista a seguir.

Silva: Diante do tema “Linguagem, educação e democracia”, deste periódico da Grau Zero, gostaria que a Sra. falasse um pouco sobre a sua trajetória como professora militante, comprometida com a formação crítica dos sujeitos de direitos, oriundos de escolas públicas e filhos da classe trabalhadora, e engajada na luta do Sindicato dos Professores?

Alcântara: Em 1987, aos 18 anos, conclui o curso de Magistério de 1º Grau, na cidade de Pojuca, no Colégio Municipal Presidente Castelo Branco. Recordo-me, que nessa época, já questionava nas aulas de Didática o processo educacional, principalmente, ao estudar os capítulos, artigos e parágrafos da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, que fixava diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus. Durante a leitura do capítulo III, artigo 21 que dizia: “o ensino de 2º grau

destina-se à formação integral do adolescente”, as desconfianças surgiam, ficava inquieta, interrogava a professora, apelava para que relacionássemos o que dizia a “lei” e o que a escola oferecia etc. Assim, iniciava no ambiente escolar, a minha caminhada de militância em prol de uma educação justa, democrática e de qualidade. Inquieta para voltar a estudar, com sede de novos conhecimentos e comprometida com os meus projetos de vida, decidi – no ano de 1993 – frequentar o curso Estudos Adicionais ao Magistério de 1º Grau, área de Comunicação e Expressão, na cidade de Alagoinhas. Nesse período, o embate se deu nos encontros da disciplina Língua Portuguesa ao trabalhar com as noções de texto e gramática normativa. Ao pensar sobre o uso da linguagem na escola, sempre percebia uma fronteira entre a língua oficial e o falar do estudante. Na escola prevalecia o conhecimento linear, objetivo e racional em detrimento dos saberes plurais que circulavam na escola. Em 1991, obtive a licenciatura em Letras Vernáculas, na Faculdade de Formação de Professores de Alagoinhas, antiga FFPA. Na graduação, ocorreram mais inquietações (a universidade “prepara” para quê?), lutas discursivas (o que faço com tantas teorias quando enfrento uma sala de aula com mais de 40 estudantes, com sérias dificuldades na aquisição das chamadas “competências e habilidades linguísticas”, etc.), releituras do conhecimento (como a literatura é “trabalhada” na escola? Por que a aula de Português engessa a língua num amontoado de regras gramaticais? E o tecido cultural? Não é levado em consideração?), etc. O curso de Especialização em Estudos Literários veio em 1998. Mais um desafio. Nova caixa de ferramentas: linguagem, cultura, narrativas, saberes locais, sujeito social, político e histórico, ressignificação do que é literatura, universidade aberta, etc. Após muito tempo afastada das discussões acadêmicas, decido cursar o Mestrado em Crítica Cultural em 2013, também pela Uneb (Alagoinhas). Atualmente, sou doutoranda no Programa Multidisciplinar da UFBA (Cultura e

Sociedade), pelo IHAC- Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos. De lá para cá, vivi múltiplas descobertas! Fiz releituras do que é produzir conhecimento, senti na pele o que é ser professora de escola pública, defendi o direito a uma educação que nos faça problematizar a dinâmica social, participei de movimentos grevistas, encarei policial militar me intimidando ao perguntar se eu era a “líder” do movimento realizado por estudantes, fui membro (nas funções de coordenadora sindical e secretária) do Núcleo Sindical APLB em Pojuca por 09 anos (isso porque nunca encontramos quem quisesse assumir a tarefa) e hoje, continuo militando em sala de aula (seja como professora de turmas de nono ano, de escola pública, seja como estudante do doutorado), nas praças públicas, nas atividades sindicais (deixe as funções, mas me mantenho como professora), nos seminários, congressos, na vida, etc.

Silva: Todas as nossas relações se constroem a partir da linguagem, a qual relaciona-se com o poder e as divisões sociais. As produções discursivas não estão dissociadas das questões políticas, econômicas e sociais, tornando os estudos linguísticos, literários e culturais de suma importância no contexto escolar, sindicato e demais espaços da comunidade. Considerando a sua atuação nestes espaços, como a Sra. dimensiona o impacto social da sua formação docente na área de linguagem?

Alcântara: Para essa questão, trago a fala do professor/teórico colombiano Omar Rincón quando diz que “precisamos de uma comunicação que provoque rupturas e forneça novas leituras do que somos”. Dialogo com essa afirmativa porque é inegável que o processo de comunicação é uma potência imprescindível para compreendermos e intervirmos no mundo, nas relações sociais, na organização do pensamento, na formação das instituições, nos movimentos populares, nos modos de vida, bem como nos múltiplos olhares sobre o que nos cerca: a nossa linguagem, nosso corpo, dese-

jos, horizontes de expectativas, natureza, sonhos, etc. Desse modo, como estudante-professora-pesquisadora que realiza operações do conhecimento nos diversos lugares, reconheço o significado da minha formação docente no enfrentamento das questões sócio-político-culturais da vida contemporânea. No meu trabalho com a linguagem, proponho uma prática pedagógica do “perguntar” e do “desconfiar” diante das “certezas” que nos são impostas. A sala de aula é um espaço de subversão. É preciso problematizar as ideias normatizadas, os binarismos, as estratégias de exclusão, a maquinaria forjada pelas relações de força e poder. De fato, identificamos as interdições, a colonialidade do ser, do saber e do poder, as concepções sedimentadas de quem “nasceu” para controlar e os que devem ser “controlados”, mas podemos minar essa lógica do biopoder a partir da releitura não só pelo plano do conhecimento, mas fundamentalmente, pelo o que somos, desejamos, queremos e lutamos.

Silva: Em seu entendimento teórico e prático acerca do tema em questão, a educação tem buscado solucionar os problemas sociais, principalmente, aqueles em torno do direito à educação democrática e pública de qualidade?

Alcântara: Quando penso no termo “democracia” vem à tona uma série de conflitos. Primeiro, no que diz respeito ao regime político, a democracia é ilegítima. Há sim, um pseudo processo democrático. Vivemos numa “doce ilusão” de que sabemos escolher os nossos representantes e além disso, depositamos os nossos sonhos em suas mãos. Sim, eles nos representam. Sim, eles nos protegem. Sim, eles criam leis para serem cumpridas e nos beneficiarem. Não! Decididamente, não! Eles (calma rrsrs...ainda há representantes sérios no Brasil!) violentam os nossos direitos. Segundo, se a democracia também propõe o cumprimento dos direitos sociais, mais uma vez, o ato democrático cai na ilegitimidade. Quanto à educação, o artigo 205 da Constituição Federal pontua “A educação, direito de todos e dever do Estado e da

família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento das pessoas, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Pensemos agora, em todos os movimentos pela educação democrática e de qualidade. Existiram avanços? Sim! Ainda enfrentamos sérios e graves problemas? Sim!

O Estado democrático de direitos traz a educação subjugada aos modelos coloniais (reforma do ensino médio, escola sem partido, lei da mordaza, reforma previdenciária e todos os desdobramentos do golpe atestam o massacre com todos os trabalhadores e trabalhadoras da educação no país). A família vive uma reconfiguração na dinâmica contemporânea e o sentido de educar perpassa também por novos olhares (ainda persistem algumas posições tradicionais, mas os pais estão buscando participar efetivamente das produções escolares). Tem-se uma política educacional engessada, uma escola que não legitima a diversidade porque ainda está presa a um currículo normatizador, disciplinar, desconectado com dimensões simbólicas da cultura, etc., todavia não podemos recuar! A hora é de resisitir! A hora é de buscar modos alternativos de produção na escola, nas praças, nas ruas, nas comunidades, etc.

Silva: A Sra. sempre foi às ruas, praças, câmaras de vereadores, centros culturais etc. para defender os direitos dos estudantes, a qualidade da educação, a valorização dos professores, tornando-se um exemplo de “militância intelectual e orgânica”, ou melhor, de cidadã. Como a Sra. avalia o modo como os governantes atuais têm deliberado no tocante à educação e acolhido as reivindicações da categoria?

Alcântara: (rsrsrsr)...Penso que já respondi a essa questão. Em todos os planos (federal, estadual e municipal) o que presencio e acompanho, é um total descaso com as questões educacionais. Incorporou-se o pensamento de que o professor precisa mendigar o que é seu por direito. Vale

destacar que as lutas sindicais em todo o país se voltam para o cumprimento do que é garantido na legislação educacional. Há leis, porém não são legitimadas. Muitos Estados não têm cumprido a Lei do Piso. Há municípios com planos de cargos e remunerações obsoletos. Outros, já reformularam, contudo alguns prefeitos engavetam e dizem: inviável aprovar porque foge à lei orçamentária. Quando se deflagra uma greve, é sempre considerada ilegal. O executivo corta os dias, amedronta os participantes, coloca a comunidade local contra os trabalhadores/trabalhadoras em educação, desencadeando o ciclo de retaliações, etc.

Silva: Em que medida a fragmentação discursiva dos diversos grupos de professores, que criou subcategorias (federal, municipal, estadual; educação básica e ensino superior etc.), fragiliza a organização de uma luta por condições mais dignas para os professores?

Alcântara: A compartimentalização dos discursos (fala-se tanto em multirreferencialidade, transdisciplinaridade ou interdisciplinaridade na educação...) desestabiliza a conquista dos direitos por todos os profissionais da educação. Cito aqui, como exemplo, alguns municípios que elaboram o plano de cargos e remunerações apenas para os professores. Outros, já criam um plano unificado que contemple todos os profissionais da educação (porteiro, merendeira, motorista, etc.). A CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação) orienta que o plano seja unificado. No caso específico dos professores e professoras das variadas modalidades de ensino, reconhecemos que há especificidades nas reivindicações, contudo a luta maior é pela valorização de todos! Fragmentou-se as pessoas, os professores, os sonhos, as expectativas. Há os professores da pré-escola, do fundamental I, fundamental II, ensino médio, educação de jovens e adultos, educação do campo, educação superior e assim, os (des)governantes institucionalizam o esquitejamento dos professores. Sabemos que essa lógica não é gratuita. O que

se constrói é articulado de forma perversa, no binômio saber-poder. Cabe, a nós, trabalhadores e trabalhadoras em educação, traçarmos novas táticas de enfrentamento, além das conhecidas.

Silva: O movimento político dos professores do “Território de Identidade Agreste Alagoinhas / Litoral Norte – Bahia” tem discutido a reforma do ensino médio? Será que este formato educacional atende à realidade dos estudantes desta região?

Alcântara: A Bahia é dividida em 27 territórios de identidade. Ultimamente, tenho acompanhado as ações em meu município – Pojuca, pertencente ao território metropolitano de Salvador. Não tenho como analisar com propriedade o movimento político dos professores dos demais municípios. Quanto à reforma do ensino médio, essa é um dos pontos reivindicatórios da greve nacional prevista para o dia 15 de março de 2017. A CNTE afirma que a medida provisória nº 746 que trata da reforma do ensino médio é uma ação violenta contra a educação brasileira. Destaca que um dos pontos da reforma é reduzir a aprendizagem dos estudantes aos ditames do mercado e fomentar a privatização das escolas e a terceirização dos professores, sem falar no empobrecimento do currículo e outras questões. O formato não atende às necessidades nacionais e nem as locais. É um “pacote pronto” que nos querem “enfiar goela abaixo”.

Silva: De que modo, os estudantes têm participado destas discussões?

Alcântara: Em Pojuca, aproveitamos os momentos de assembleia sindical para analisar as consequências dessa reforma. Na escola, promovemos rodas de conversa com os estudantes, levantando os pontos cruciais e abrindo debates. Realizamos também, aula pública nas praças com o objetivo de atingir a comunidade local. Elaboramos carta aberta à comunidade explicando os efeitos dessas reformas (previdenciária e do ensino médio). Agora, é importante dizer que

esse movimento deve passar por todos os envolvidos na comunidade escolar. Ninguém deve ficar de fora! Fora á lei da mordança! Fora, Temer!

Silva: Os leitores da Grau Zero são pesquisadores, estudantes e professores. Que mensagem a Sra. deixa para eles no tocante à educação e democracia?

Alcântara: Boaventura de Sousa Santos, em *A Gramática do Tempo: para uma nova cultura política* (2010) nos provoca: “ A possibilidade é o movimento do mundo”. E para criar esse movimento de possibilidade, não caia na educação da certeza, da “verdade absoluta”, da fixidez do conhecimento. Em qualquer espaço. Em qualquer lugar. Em qualquer circunstância, **DESCONFIE!**

A vida, o que produzimos em cada canto, as relações construídas, o nosso corpo, nossos desejos, as nossas escolhas, as nossas identificações e subjetividades são pulsões de interrogação.

Você pesquisador,
Estudante,
Professor,
Busque possibilidades.
Possibilidades para a esperança!

Silva: Salve, Elizia!